

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , de 2021
(Da MESA)

Altera a Resolução n. 14, de 2020, a fim de autorizar o funcionamento das comissões durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições previstas no art. 51, III, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º A Resolução n. 14, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Esta Resolução institui, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Sistema de Deliberação Remota (SDR), como forma de discussão e votação remota de matérias sujeitas à apreciação do Plenário ou das Comissões.

Parágrafo único. Entende-se como votação e discussão remota a apreciação de matérias por meio de solução tecnológica que concilie a presença física dos parlamentares em Plenário e em Comissões, observadas as limitações a serem estabelecidas em regulamento, com a participação remota, em atenção, primordialmente, à segurança de Deputadas e Deputados que se enquadrem em grupos de risco para coronavírus (Covid-19).

“Art. 2º Fica instituído o Sistema de Deliberação Remota (SDR), cujo uso é medida excepcional a ser determinada pelo Presidente da Câmara dos Deputados para viabilizar o funcionamento do Plenário e das Comissões durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

§ 1º Acionado o SDR as deliberações do Plenário e das Comissões serão tomadas por meio de sessões e reuniões remotas, que conciliarão participação presencial e remota, devendo o registro de presença e o resultado de votação serem exibidos de forma integrada e simultânea nos painéis físicos e no aplicativo.

.....” (NR)

“Art. 2º-A. As reuniões das Comissões da Câmara dos Deputados ocorrerão nos plenários do anexo II, sendo que as audiências públicas e demais eventos programados pelos órgãos da Casa deverão ocorrer de forma virtual, preferencialmente às segundas e sextas-feiras.

§ 1º. Nas reuniões das Comissões:

I – será observado o disposto no art. 3º, no que couber;

II – em qualquer caso, será observado o limite de ocupação de cada um dos plenários, a ser oportunamente divulgado pela Mesa após análise do Departamento Técnico, admitida a presença física de:

a) parlamentares, observado, para a ocupação dos lugares, o princípio da proporcionalidade partidária;

b) Ministros de Estado, participando a qualquer título dos trabalhos;

c) servidores, em número mínimo necessário ao bom andamento dos trabalhos, conforme estabelecido pelo Departamento de Comissões.

III – adotar-se-ão as mesmas soluções tecnológicas em operação no Plenário, ressalvadas adaptações indispensáveis ao funcionamento do SDR em Comissões, devidamente aprovadas e homologadas na forma do art. 6º.

§ 2º A Presidência de cada Comissão poderá estabelecer, por ato próprio, de forma prévia e transparente, após discussão colegiada, regras destinadas a compatibilizar seus procedimentos internos com as exigências de distanciamento social e com o funcionamento por meio do SDR. (NR)”

“Art. 3º

I – as sessões e reuniões realizadas por meio do SDR serão públicas, ressalvado o disposto nos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 92 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n. 17, de 21 de setembro de 1989, asseguradas a transmissão simultânea pelos canais de mídia

institucionais sempre que possível e, em qualquer caso, a posterior disponibilização do áudio e do vídeo das sessões e reuniões;

.....” . (NR)

“Art. 4º *As sessões e reuniões realizadas por meio do SDR serão consideradas sessões deliberativas extraordinárias da Câmara dos Deputados e reuniões extraordinárias das Comissões, em cujas atas será expressamente consignada essa circunstância. (NR)”*

§1º

“Art. 6º *Previamente à sua entrada em operação no Plenário e nas Comissões o SDR deverá ser homologado pela Secretaria-Geral da Mesa” (NR)*

Art. 2º A Presidência da Câmara dos Deputados estabelecerá o calendário para homologação do SDR no âmbito das Comissões, bem como para a reunião de instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidentes desses órgãos.

Art. 3º Ato da Mesa da Câmara dos Deputados regulamentará as alterações introduzidas pela presente Resolução em até 3 (três) dias úteis.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Atendendo à deliberação da Mesa da Câmara dos Deputados tomada em reunião ocorrida em 4 de fevereiro de 2021, submetemos aos Nobres Pares o presente Projeto de Resolução, que introduz ajustes no Sistema de Deliberação Remota, em funcionamento desde março de 2020.

O objetivo do projeto é permitir o funcionamento das comissões permanentes e temporárias, assegurando maior possibilidade de participação parlamentar no processo legislativo, restrito à atividade em Plenário durante o ano de 2020. Da mesma forma, nossa proposta busca incrementar, de maneira segura e planejada, a participação presencial em Plenário e em Comissões, de forma a democratizar e valorizar as decisões colegiadas da Casa.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2021.

ARTHUR LIRA
Presidente

MARCELO RAMOS
Primeiro-Vice-Presidente

ANDRÉ DE PAULA
Segundo-Vice-Presidente

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

MARÍLIA ARRAES
Segunda-Secretária

ROSE MODESTO
Terceira-Secretária

ROSANGELA GOMES
Quarta-Secretária



Projeto de Resolução **(Do Sr. Arthur Lira)**

Altera a Resolução n. 14, de 2020, a fim de autorizar o funcionamento das comissões durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD219504814400, nesta ordem:

- 1 Dep. Arthur Lira (PP/AL)
- 2 Dep. Marcelo Ramos (PL/AM)
- 3 Dep. Luciano Bivar (PSL/PE)
- 4 Dep. Marília Arraes (PT/PE)
- 5 Dep. André de Paula (PSD/PE)
- 6 Dep. Rose Modesto (PSDB/MS)
- 7 Dep. Rosângela Gomes (REPUBLIC/RJ)